



MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA
Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 5/2023
- L

Dispõe sobre o direito de toda pessoa atendida em consultas, exames médicos e/ou internações, independentemente de sua idade, ser acompanhada por pessoa de sua confiança.

A Câmara Municipal de Araçariguama DECRETA:

Art. 1º. Toda pessoa atendida em consultas, exames médicos e/ou internações, independentemente de sua idade, tem o direito de ser acompanhada por pessoa de sua confiança.

Parágrafo único. O direito a acompanhante previsto no *caput* deste artigo abrange os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde SUS, da rede própria ou conveniada, hospitais privados, clínicas, consultórios e unidades de diagnóstico.

Art. 2º. É vedado ao acompanhante impedir, dificultar ou prejudicar a atuação dos profissionais da saúde.

Art. 3º. As unidades de saúde abrangidas por esta Lei, da rede pública ou privada, devem manter afixados nos locais de atendimento ao público, com ampla e fácil visualização por parte dos pacientes, cartazes informativos com os seguintes dizeres: "A Lei Municipal nº..., de....., garante que todas as pessoas atendidas nas consultas e exames médicos têm o direito de ser acompanhada por pessoa de sua confiança".

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei.



MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei dispõe sobre o direito de toda pessoa atendida em consultas, exames médicos e/ou internações, independentemente de sua idade, ser acompanhada por pessoa de sua confiança. Trata-se de importante medida para garantir um atendimento mais humanizado, inclusive para prevenir abusos.

O Estado de São Paulo dentro de sua competência legislativa (outorgada pelo art. 24, XII da Constituição Estadual), editou a Lei nº 10.241, de 17 de março de 1999, dispondo, em seu artigo 2º, que são direitos dos usuários de saúde no Estado de São Paulo “ser acompanhado, se assim o desejar, nas consultas e internações por pessoa por ele indicado” (inciso XV). Também editou a Lei nº 10.689, de 30 de novembro de 2000, dispondo, em seu artigo 1º, que “fica assegurado o direito à entrada e à permanência de um acompanhante junto a pessoa que se encontre internada em unidades de saúde sob responsabilidade do Estado, inclusive nas dependências de tratamento intensivo ou outras equivalentes”.

Já os municípios, atuando nessa área de “proteção e defesa da saúde”, podem legislar sobre “assuntos de interesse local” (CF, art. 30, I) ou “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (CF, art. 30, II).

Diga-se, por derradeiro, que o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou sobre o tema ao declarar, nos autos da Adin nº 2195333-60.2017.8.26.0000, a constitucionalidade de legislação análoga do município de Hortolândia, que foi fonte inspiradora desta iniciativa.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a breve aprovação desta iniciativa, cuja conveniência e interesse público restam evidentes.

Sala das sessões, em 06 de março de 2023.



MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA
Estado de São Paulo

Profª Iara Costa
Vereadora